

Sessão 34<sup>a</sup>

Em 16 de junho de 1827.

Presidenteia do Sr. Bispo Capellão Mór.

Achando-se presentes 27 Srs. Senadores, foi aberta a Sessão pelo Sr. Presidente, e lendo-se a Acta da antecedente, foi aprovada.

O Sr. 1º Secretario leu hum Ofício que recebera do Sr. Visconde de S. Leopoldo, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, do teor seguinte:

"M. e Ex. Sr. Tendo-me dirigido o Vice Presidente da Província de Minas Geraes, com data de 26 de Maio proximo passado, o Ofício incluso, acompanhado de outro do Cavador interino da Comarca do Rio das Mortes, em que expõem os imbarcações que estornavam a expedição das Ordens expedidas para a formação das Taboas Estatísticas, na conformidade do Elencho, que lhe foi enviado; remetto tudo a V. Ex. para chegar ao conhecimento do Senado. Devo guardar a V. Ex. Paço em 12 de junho de 1827.— Vinhado de S. Leopoldo.— Sr. Visconde de Congonhas do Campo." S. J. foi remetido à Comissão de Estatística.

Leu mais o mesmo Sr. Secretario dous Ofícios que acabava de receber do 1º Secretario da Camara dos Srs. Deputados, concedidos nestes termos:

1º. M. e Ex. Sr. Penho a honra de participar a V. Ex. para que seja presente, e se tome em consideração na Camara dos Srs. Senadores, que a Camara dos Deputados tem tomado a seguinte Resolução = Dá o Governo autorizado a mandar suprir pelo produto das rendas geraes das Províncias do Imperio, o que faltar no rendimento do Subsidio Litterario, para o pagamento dos Ordinados dos Professores de Primeiras Letras e Grammatica Latina, que estiverem em effetivo exercicio das respectivas Cadeiras, incluidas as que se criarem na Província do Ceará, em cumprimento da Portaria de 3 de Abril de 1822, expedida em consequencia da determinação das Portas geras da Nação Portugueza, e todas as mais, que nas outras Províncias se acharrem em iguaes circunstancias. Devo guardar a V. Ex. Paço da Camara dos Deputados em 12 de junho de 1827.— José Antônio da Silva Maia.— Sr. Visconde de Congonhas do Campo."

2º. M. e Ex. Sr. Penho a honra de participar a V. Ex. para que seja presente, e se tome em consideração na Camara dos Srs. Senadores,

que a Camara dos Deputados tem tomado a seguinte Resolução.

= Nos lugares, onde ha hum ió Tabelião, em juízo, onde ha hum ió Escrivão, nem as Ordenações, nem as Leis subsequentes ordenou a distribuição: as penas portanto, que as ditas Ordenações e Leis impõe, não direm respeito aos respectivos lugares e juízos, nem serão nullos os feitos ali praticados. Declarando a V. Ex. Piso da Camara dos Deputados em 12 de junho de 1827 — José Antônio da Silva Mairas — Gr. Visconde de Congonhas do Campo. O projeto foi remetido à Comissão de Fazenda, e o 2º à de Legislação.

Lembrando então o Sr. Presidente, que se entrava na primeira parte da Ordem do dia, que era os trabalhos das Comissões, retirámo-nos das Sessões os seus Ilustres Membros ao terceiro quartu para as onze horas.

Era meia hora depois do meio dia quando se reuniu a Camara, e pedindo a palavra o Gr. J.º Secretário leo um Ofício que lhe fora dirigido pelo Gr. Marquês de Caravelhas, em que participava, que por se achar ainda incomodado, não podia comparecer no Senado. Ficou o Senado intitulado.

Depois o Gr. Carneiro de Campos, Relator da Comissão de Legislação, apresentou o seguinte Parecer, que foi lido pelo Gr. 2º Secretário.

### Parecer.

A Comissão de Legislação, tendo em consideração o Ofício da Camara dos Srs. Deputados, participando ao Senado a Resolução tomada por aquella Camara, em que se declara que a distribuição não se necessaria nos lugares e juízos, donde ha hum ió Tabelião ou Escrivão, nem elles são relativas as penas comminadas pelas Ordenações e Leis posteriores: he de parecer que a sobredita Resolução deve ser proposta á discussão e deliberação do Senado, como já se tem procedido a respeito de outras antecedentes Resoluções. Piso do Senado 16 de junho de 1827. — Francisco Carneiro de Campos. — Marquês de Inhambaré. — Visconde d'Alcantara. — Visconde de Cayré.

Ficou reservado para entrar em discussão conforme a sua discussão.

Sucedendo-se á segunda parte da Ordem do dia, que era a discussão de Pareceres das Comissões, o Gr. 2º Secretário leo o da Policia sobre o Requerimento de Antônio Moreira, em que pedia por certidão o teor

do Diploma do guarda das Gallerias; depois de ser discutido, foi proposto, e aprovado.

Seguiu-se o da Comunicação de Constituição e Diplomática sobre os Senadores que não tem comparecido; não havendo quem faltasse contra, foi aprovado.

Outro da mesma Comunicação sobre a nomeação do Gr. Marquez de Barbacena, Senador, para General em Chef do Exercito do Sul; terminando a discussão, foi posto á votos, e aprovado.

Passou-se ao da Comunicação de Commercio sobre os Estatutos de huma Sociedade anónima estabelecida em Bruxellas; no decurso do debate apareceu huma opinião para que se mandassem traduzir os Estatutos antes de se imprimirem; e julgando-se a final suficientemente discutida a matéria, o Gr. Presidente propôs se se aprovava o Parecer: Nunca-se queriu.

Propor mais, se antes de se mandarem imprimir os Estatutos, deveria ser traduzidos: Recorreu-se afirmativamente.

Seguiu-se o da Comunicação de Legislação sobre o Regimento de Alexandre José dos Prazeres Hermlano.

Havendo quem pedisse a palavra, ficou adiado por ter dado a hora.

O Gr. Presidente apignou para Ordem do dia; 1º Continuação da 3ª discussão do Art.º 1º do Projeto sobre a Detenção de S. M. o Imperador, e Família Imperial; 2º Discussão de Pareceres, e Indicações.

Levantou-se o Senado ás duas horas e hum quarto da tarde.

Bento Capelladas Mto. Presidente.

Dionisio de Cunha Barreto, Dr. S. Secretario

José Joaquim de Barvalho, D. Secretario.